

PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste projeto básico é a **CONTRATAÇÃO DE OBRA NA EDIFICAÇÃO EXISTENTE VISANDO A IMPLANTAÇÃO DO BLOCO DE ENSINO E PESQUISA DA FIOCRUZ RONDÔNIA EM PORTO VELHO/RO**, compreendendo alimentação e distribuição de energia elétrica, redes de instalações hidrossanitárias, drenagem, dados e comunicação e gases. O escopo também inclui construção de anexos: subestação, central de água gelada, ETE, reservatórios de água com ETA, central de gases, guarita, além de urbanização do entorno imediato aos Blocos e fechamento do perímetro externo do trecho posterior do campus Fiocruz Rondônia.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de obra de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.

1.4. O contrato terá vigência pelo período de 570 (quinhentos e setenta) dias, sendo prorrogável apenas na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666, de 1993.

1.5. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Fiocruz, uma instituição de ciência e tecnologia em saúde vinculada ao Ministério da Saúde, tem por objetivo a produção, a disseminação e o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Sua presença no cenário nacional tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo como valor central a defesa do direito à saúde e da ampla cidadania.

Além de sua sede no Rio de Janeiro, a Fiocruz possui unidades finalísticas em vários outros estados brasileiros; dentre suas unidades regionais encontra-se a Fiocruz Rondônia, localizada em Porto Velho-RO.

A Fiocruz Rondônia teve origem na incorporação, em 2008, do Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais de Rondônia – IPEPATRO, criado em 1999. A Unidade tem como missão gerar, difundir e induzir a implementação de soluções científicas e tecnológicas para situações de saúde e doenças que afetam as populações da região noroeste do Brasil e suas atividades são voltadas para: pesquisa clínica aplicada ao atendimento, acompanhamento, contenção de surtos epidêmicos de moléstias tropicais, com especial ênfase nas moléstias da fronteira região amazônica; o desenvolvimento tecnológico centrado na biotecnologia e nanobiotecnologia para desenvolvimento de novos protótipos de fármacos, imunoterápicos e diagnósticos para doenças negligenciadas; estudo básico do comportamento parasita-hospedeiro e sua relação com o ambiente e sanitário em área urbana, periurbana e ribeirinha.

Atualmente, a Fiocruz Rondônia ocupa espaços alugados ou cedidos, a saber: sede do IPEPATRO, em um imóvel alugado, que abriga a maior parte dos serviços e atividades, bem como a estrutura administrativa; uma área na

Universidade Federal de Rondônia – UNIR, onde está implantado o Centro de Estudo de Biomoléculas - CEBio; uma ala no Centro de Medicina Tropical de Rondônia – CEMETRON, onde funciona o Centro de Pesquisa em Medicina Tropical – CEPEM. A situação atual, ocupando áreas em diferentes locais, distantes entre si, as necessidades de ampliação da estrutura física, decorrente da expansão das atividades e das crescentes demandas para a área de saúde na região, tornaram imperativa a construção de sua sede própria.

Através desta contratação e a pedido da unidade Fiocruz Rondônia, o Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE) pertencente a Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC/FIOCRUZ) busca dar início ao processo de ocupação do novo campus Fiocruz Rondônia, situado no Km 5,5 da BR 364, sentido Porto Velho - Cuiabá, no bairro Aeroclube, em zona urbana de Porto Velho-RO, com a implementação desta 1ª Fase do Plano de Faseamento que consta no Plano Diretor do Campus Fiocruz Rondônia (PDCFR) que contempla três empreendimentos:

- Empreendimento “A” – Localiza-se na parte frontal do terreno. É composto pelo Bloco Administrativo, Ensino e Auditório. O projeto, que teve estudo preliminar desenvolvido pelo arquiteto Oscar Niemeyer, encontra-se concluído, mas não há previsão para construção. Até o momento, foi executada apenas a terraplanagem;
- Empreendimento “B” – Localizado na parte posterior do terreno, é composto pelo Bloco de Laboratórios, Biotério e Apoio Logístico. Seu projeto segue em curso através do contrato 31/2019, processo 25389.000189/2017-19, sob responsabilidade do DAE/COGIC. O projeto visa certificação de alta qualidade ambiental AQUA-HQE;
- Empreendimento “C” – É composto pelo Bloco de Ensino e Pesquisa, objeto desta contratação. Também se localiza na parte posterior do terreno, contíguo ao “Empreendimento B”.



Figura 1 – Proposta de implantação do novo campus da Fiocruz Rondônia

Após conclusão da obra, as atividades realizadas na sede do IPEPATRO serão transferidas integralmente para o Bloco de Ensino e Pesquisa (Empreendimento “C”), assim como ocorrerá futuramente com as demais atividades da unidade, que também serão transferidas para o novo campus conforme programação para implementação das fases posteriores.

A obra do Bloco de Ensino e Pesquisa teve início em abril de 2017 sob administração da Secretaria de Estado de Planejamento, Obra e Gestão de Rondônia (SEPOG/RO), financiada pela FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) através do convênio 01.11.0198.00. Foi paralisada no segundo semestre de 2018 e será retomada sob a administração e recursos próprios do DAE/COGIC, que complementou o projeto a nível executivo adicionando um pavimento técnico em parte da cobertura existente, elevando sua área construída para aproximadamente 3.387,20 m². A edificação engloba uso administrativo, laboratorial e de ensino, e visa obtenção do selo Procel de Economia de Energia. As áreas laboratoriais foram projetadas para atender atividades de nível 2 de biossegurança (NB-II).

O projeto das redes de infraestrutura externas e blocos de utilidades foi elaborado pela empresa Architectus S/S através do contrato 31/2019, processo 25389.000189/2017-19, em curso pelo DAE/COGIC, que traz como escopo principal a elaboração de projeto do Bloco de Laboratórios e Apoio Logístico da Fiocruz Rondônia (Empreendimento “B”) e inclui toda a rede de infraestrutura necessária para a implantação dos empreendimentos previstos para o campus.

Dessa forma, a rede de infraestrutura externa que compõe esta contratação dará suporte não apenas ao Bloco de Ensino e Pesquisa, mas sim ao campus como um todo, viabilizando a construção dos Empreendimentos “A” e “B” em obras futuras sob premissas de eficiência energética e sustentabilidade ambiental.

2.2. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa executar e concluir a 1ª Fase do processo de implantação do novo campus Fiocruz Rondônia segundo o Plano de Faseamento do PDCFR, dando início a sua ocupação que está programada em um total de 6 (seis) fases. O objetivo desta empreitada é viabilizar o uso e operação do Bloco de Ensino e Pesquisa para que este receba especificamente as atividades da Fiocruz Rondônia que hoje são desenvolvidas na sede do IPEPATRO, desocupando o local de forma definitiva. O Bloco de Ensino e Pesquisa irá abrigar todo o corpo administrativo da regional, tornando-se a sede da unidade até a construção do Bloco Administrativo (Empreendimento “A”). Também receberá importantes linhas de pesquisa em laboratórios funcionais e áreas de apoio laboratorial de uso compartilhado, além de possuir ambientes voltados ao ensino.

Já as redes de infraestrutura foram projetadas para atender a demanda de todo o campus, ou seja, nesta 1ª Fase será executada toda infraestrutura externa necessária à implantação, uso e operação das demais edificações projetadas para o campus até a conclusão da 6ª Fase do Plano de Faseamento.

A obra compreenderá demolições, reforço estrutural, acréscimo de pavimento, complementações, construção de interiores e das instalações técnicas, instalação de equipamentos, execução de redes externas e construção de edifícios de utilidades.

A empresa CONTRATADA deverá executar a obra pública, atendendo e respeitando os preceitos constantes na Lei 8.666 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e suas leis complementares.

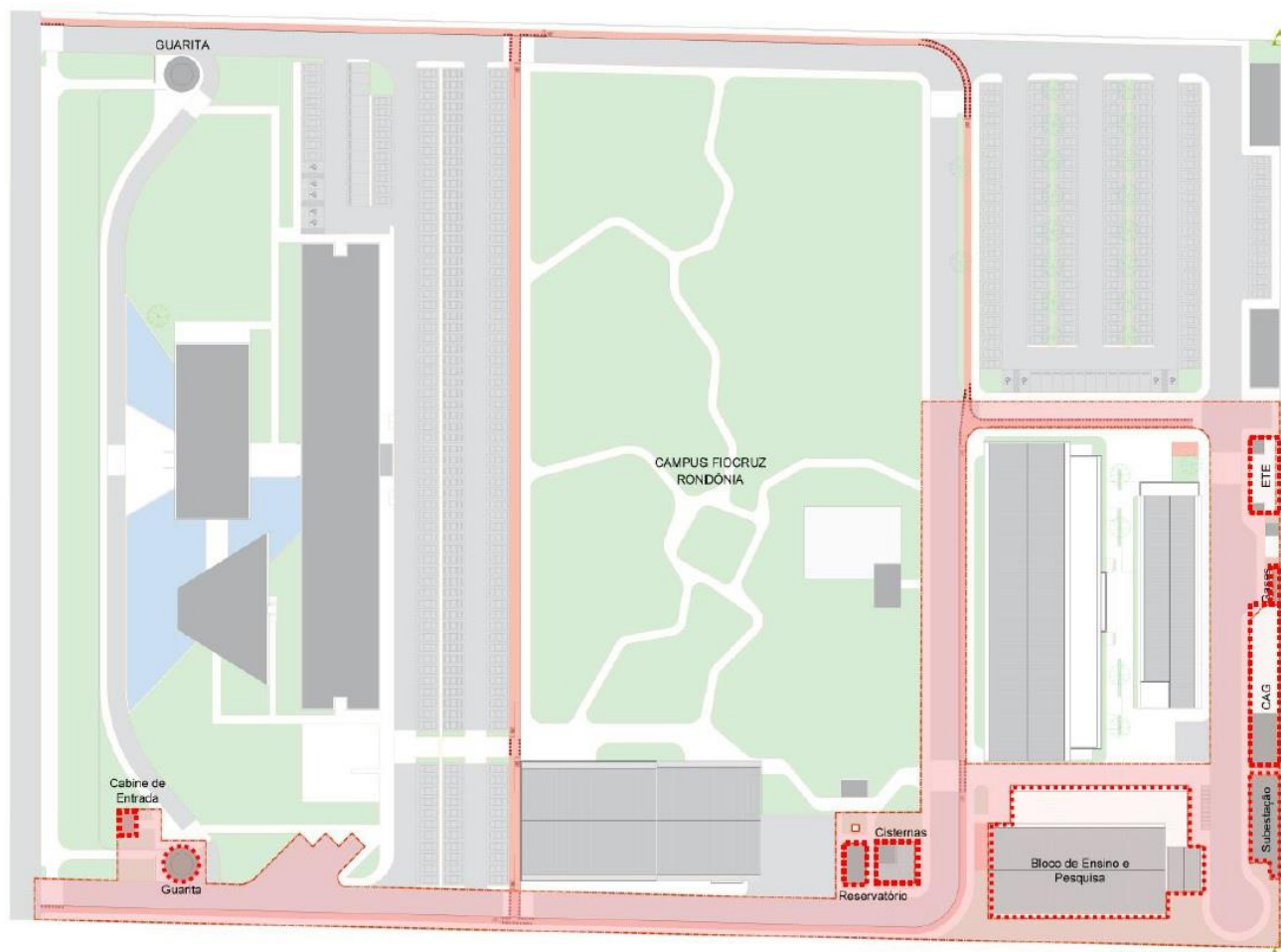


Figura 2 - Planta de Localização

- Área de intervenção
 Edificações contempladas nesta contratação

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.1. A CONTRATADA deverá observar e cumprir as normas e práticas descritas abaixo durante toda a prestação dos serviços.

3.2. OBSERVÂNCIA DOS PROJETOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO DO PROJETO E DA OBRA

3.2.1. Realizar, de acordo com os Objetivos constantes neste documento e nos demais elencados neste item visando a construção do empreendimento, observando os conteúdos dos respectivos documentos:

- Caderno de Encargos e Especificações;
- Memoriais de Cálculo e Descritivos;
- Plano de Comissionamento;
- Plano de Obra;
- Pranchas de desenho complementares ao Caderno de Encargos e Especificações.

3.3. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO, DAS NORMAS TÉCNICAS E DO CONTROLE EXTERNO

3.3.1. Todos os trabalhos compreendidos neste escopo observarão ao que estabelecem as Leis nº 8.666/93 e nº 12.462/11, as Resoluções do CONFEA nº 361/91, nº 1.205/09 e nº 1.094/17, as legislações

ambientais pertinentes (em especial a Resolução CONAMA nº 307/02), o Decreto nº 7.983/13, além de todos os diplomas que possam estar correlacionados com o objeto da presente contratação, assim como as Decisões, Acórdãos e Súmulas vigentes do Tribunal de Contas da União – TCU.

3.4. OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS AMBIENTAIS

3.4.1. Conforme a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, exarada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, deverá ser verificado se foram considerados critérios de sustentabilidade ambiental em suas especificações para contratação de serviços e obras.

3.4.2. De acordo com o artigo 4º da referida Instrução Normativa, deve ser observado:

- *“nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.666/1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização e tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:*

- I. uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;*
- II. automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;*
- III. uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;*
- IV. energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;*
- V. sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;*
- VI. sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;*
- VII. aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;*
- VIII. utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e,*
- IX. comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.*

[...] § 4º – No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).”.

3.4.3. Considerando a IN nº 1/2010 – MPOG, em seu artigo 6º, deverá ser verificada a adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços pelas empresas contratadas para execução das obras, sempre que cabível, na forma que se segue:

- I. “use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;*
- II. adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;*
- III. observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;*
- IV. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;*

- V. *realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;*
- VI. *realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;*
- VII. *respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e*
- VIII. *preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.*

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.” [negrito nosso].

3.4.4. Todo o planejamento e orçamentação de obra a ser desenvolvido pela CONTRATADA deverá levar em consideração o que estabelece a Resolução CONAMA 307 com especial destaque para o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC.

3.4.5. A CONTRATADA será responsável pela avaliação e conferência da aplicação dos materiais indicados em projeto, com base no conceito de “eficiência energética”, de acordo com os padrões estabelecidos pelo Selo ENCE da Eletrobrás/PROCEL.

3.4.6. Se esclarece que os serviços e obras em questão deverão envolver materiais a serem obtidos segundo critérios de sustentabilidade, adotando aqueles que oferecerem menor impacto ao meio ambiente e que sejam provenientes de empresas que apresentem programa de gerenciamento ambiental, qualificado segundo as normas ambientais vigentes. Os produtos adotados deverão ser adquiridos de locais próximos, representando o menor impacto logístico possível.

3.4.7. O canteiro de obra, assim como todo o serviço, deve ser implantado obedecendo a procedimentos que visem o menor impacto no entorno e o manuseio correto de materiais e produtos, garantindo a qualidade do ar, a acústica ambiental e a integridade do solo e corpos hídricos da região, conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRSCC.

3.4.8. Os serviços deverão ser realizados gerando o menor volume de resíduos possível. O transporte deste deverá ser feito por empresa registrada na Secretaria de Meio Ambiente sendo depositado em aterro legalizado pelo órgão fiscalizador.

3.4.9. É obrigatório que as empresas contratadas pela FIOCRUZ e suas subcontratadas detenham conhecimentos ambientais e cumpram a legislação ambiental vigente, apresentando as documentações pertinentes.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Apêndice A deste Projeto Básico, o Caderno de Encargos e Especificações do objeto.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Trata-se de obra a ser contratada mediante licitação, na modalidade Regime Diferenciado de Contratação – RCD Eletrônico.

5.2. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a

Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.3. O projeto de OBRA do Bloco de Ensino e Pesquisa e de utilidades para as atividades do Campus Fiocruz Rondônia, conforme Estudo Técnico Preliminar, se baseou em premissas de sustentabilidade, nos termos da Lei n. 8.666/93, art. 3º, c/c IN SLTI/MPOG n. 01/2010, arts. 3º e 4º e conforme item 5 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS - DECOR/CGU/AGU – 2ª Edição, revista, atualizada, ampliada – setembro/2019.

5.4. A OBRA compreende um conjunto de serviços que abrange todas as disciplinas (ver Apêndices e pranchas de desenho complementares ao Caderno de Encargos e Especificações para projetos executivos completos):

5.4.1. Arquitetura

- Demolição de alvenarias
- Demolição de escadas em concreto
- Construção de escadas interna e externa em concreto
- Construção de divisórias, alvenarias e lajes de piso
- Instalação de revestimentos de pisos e paredes
- Execução de revestimento de fachada
- Instalação de forros, rodapés, soleiras, peitoris, guarda-corpos e corrimãos nas escadas
- Instalação de esquadrias (portas, janelas e visores)
- Instalação de brises na fachada
- Instalação de pass-through, chuveiros de emergência e lava-olhos
- Instalação de equipamentos sanitários e acessórios
- Instalação de cobertura metálica
- Execução de serviços de impermeabilização
- Descarte de entulho
- Construção de Guarita, Central de Água Gelada, Central de Gases, Subestação, ETE, Castelo D'água com ETA, Cabine de Entrada e Cisternas
- Execução de muro de alvenaria para fechamento do perímetro externo da parte posterior do campus

5.4.2. Estrutura e Fundações

- Execução de serviço de reforço estrutural no Bloco de Ensino e Pesquisa
- Abertura e fechamento de lajes
- Construção de fundações, vigas, pilares e lajes em concreto
- Fornecimento e execução de estrutura metálica – patamar técnico

5.4.3. Urbanismo

- Executar serviço de terraplenagem
- Construção de estacionamento provisório
- Construção de vias e ciclofaixa
- Execução de serviços de pavimentação
- Execução de passeios e travessias elevadas de pedestres
- Instalação de piso tátil direcional e de alerta
- Serviços de pintura

5.4.4. Comunicação Visual

- Instalação de sinalização interna e externa

5.4.5. Elétrica e SPDA

- Efetuar ligação a partir do ponto de entrega da concessionária à Cabine de Entrada através de ramal subterrâneo
- Construção de caixas de passagem e distribuição
- Construções de subestação de energia
- Instalação de grupos geradores a diesel e transformadores a seco
- Distribuição de ramais de média e baixa tensão
- Montagem de quadros elétricos com barra de aterramento independente da barra de neutro, com sistema de aterramento TN-S
- Instalação de disjuntores e tomadas
- Instalação de dispositivos protetores de surtos em todos os quadros gerais
- Distribuição de energia através de circuitos
- Instalação de nobreaks
- Execução de rede de iluminação externa, interna e de sinalização
- Instalação de sistema de regulação automática de iluminamento por sistema de regulação de fluxo luminoso através de sensores e variadores
- Instalação de eletrocalhas, perfilados, eletrodutos, leitos e toda e qualquer infraestrutura necessária para passagem de alimentadores e circuitos de iluminação, tomadas e força para instalações elétricas
- Inspeções técnicas para verificação e validação da montagem eletromecânica da subestação
- Realização de ensaios e inspeções em cabos de Média e Baixa tensão
- Comissionamento das instalações elétricas com integração com os demais sistemas de CFTV, Controle de Acesso, Sonorização, Automação e Controle, Supervisão Predial e Sistema de Detecção de Incêndio, bem com alimentação dos pontos de força dos projetos de Hidráulica e VAC
- Elaboração de laudos técnicos sobre os elementos elétricos executados/instalados
- Execução de testes de integridade dos geradores, transformadores e comissionamento dos painéis elétricos
- Limpeza e acabamento das instalações
- Instalação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) no Bloco de Ensino e Pesquisa
- Instalação de subsistemas de captação, de descidas e de aterramentos

5.4.6. Hidráulica

- Construção de poços profundos
- Construção de ETA (Estação de Tratamento de Água)
- Construção de Castelo D'água e cisternas
- Construção de rede pressurizada que conduzirá a água bruta dos poços até a ETA e, posteriormente, ao Castelo D'água
- Construção de rede pressurizada que conduzirá a água tratada da ETE até a cisterna
- Construção de rede pressurizada para atender aos hidrantes e instalações de incêndio
- Execução de rede de distribuição de água potável para alimentação dos pontos hidráulicos destinados a pias, tanques, lavatórios, chuveiros, duchas manuais, máquinas de gelo e válvulas de descarga das pias de despejo
- Execução de rede de distribuição de água de reuso para alimentação dos pontos hidráulicos destinados a descarga dos vasos sanitários, mictórios e irrigação de canteiros e jardins
- Execução de rede de distribuição de água purificada para alimentação dos pontos hidráulicos de autoclaves, miliq's e lavadoras de vidrarias
- Executar rede de distribuição interna de instalação hidráulica do Bloco de Ensino e Pesquisa
- Instalação de pressurizadores para alimentação adequada dos chuveiros de emergência, purificadores miliq's, equipamentos de osmose reversa e lavadoras de vidrarias

- Execução das instalações hidráulicas dos prédios de utilidades (Guarita, Central de Gases, Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), Estação de Tratamento de Água (ETA) e Central de Água Gelada)

5.4.7. Sanitário

- Construção de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)
- Construção de rede geral de esgoto por gravidade para o campus
- Construção de sistema de esgoto à vácuo, com uma única ligação direta com a central de vácuo
- Construção de Elevatória de esgoto
- Fornecimento e instalação de equipamentos
- Construção de central de inativação para tratamento primário do esgoto ativo proveniente dos laboratórios e ambientes com atividades que possam gerar resíduos químicos e/ou biológicos
- Construção da rede interna de esgoto comum por gravidade para o Bloco de Ensino e Pesquisa, Central de Água Gelada, Subestação, ETE e ETA
- Construção da rede interna de esgoto ativo por gravidade do Bloco de Ensino e Pesquisa
- Construção de caixas de inspeção (CI) e poços de visita (PV)
- Construção de caixas de gordura (CG) e caixas de sabão (CS)
- Execução das instalações sanitárias da guarita

5.4.8. Águas Pluviais

- Construção da rede geral de águas pluviais do campus
- Conexão da rede geral de águas pluviais ao sistema de drenagem geral do campus
- Instalação de ralos hemisféricos nas calhas e lajes do Bloco de Ensino e Pesquisa
- Instalação de tubos de queda na Bloco de Ensino e Pesquisa
- Construção de caixas de areia (CA) e poços de visita (PV)

5.4.9. Drenagem

- Construção da rede de drenagem superficial geral do campus
- Construção de galerias, sarjetas, meios-fios, bocas de lobo, caixas coletoras e poços de visita
- Construção de caixa separadora de água e óleo
- Construção de galeria em área vizinha ao campus, pertencente à Embrapa/RO, para despejo das águas coletadas no corpo hídrico próximo

5.4.10. Incêndio

- Instalar sistema de combate e proteção contra incêndio no Bloco de Ensino e Pesquisa, classificado de Categoria “D” quanto ao uso e ocupação, Tipo II quanto à altura e Risco Médio quanto ao risco
- Execução de hidrantes de incêndio e mangotinhos
- Execução de hidrantes urbanos
- Instalação de extintores
- Instalação de comunicação de emergência
- Instalação de iluminação de emergência
- Instalação de alarme de incêndio

5.4.11. HVAC

- Fornecer e instalar chillers na Central de Água Gelada (CAG) com condensação a ar com circuito primário e secundário de água gelada
- Executar sistema de controle de corrosão e tratamento biocida
- Fornecimento e montagem de tubulação de água gelada
- Instalação de canaleta de concreto enterrada e inspecionável entre a CAG e o Bloco de Ensino e Pesquisa
- Executar sistema de expansão direta tipo Split, com rede de dutos e bocas de ar, na subestação
- Instalar fancoletes individuais para climatização da sala de quadros da CAG
- Executar sistema de distribuição no Bloco de Ensino e Pesquisa
- Fornecimento e montagem rede de dutos de ar
- Fornecimento e instalação de equipamentos
- Ensaaios para certificação

5.4.12. Gases

- Construção da Central de Gases com separação física entre Gás Combustível e Gases Especiais
- Execução de rede externa subterrânea de gases com envelopamento realizada em concreto com fator FCK = 20Mpa, para alimentação do Bloco de Ensino e Pesquisa
- Construir casa secundária situada na estrutura do Bloco de Ensino e Pesquisa para abrigar cilindros com Mistura Primária de gases (90% N2, 5% O2, 5% CO2); CO2, Gás Combustível, vácuo, ar comprimido
- Instalar ponto de entrada na edificação e pontos de consumo
- Executar rede de distribuição interna e gases do Bloco de Ensino e Pesquisa

5.4.13. Vácuo e Ar comprimido:

- Fornecimento de central de compressão de ar com um compressor
- Instalação de ponto de consumo
- Instalação de rede de ar comprimido com manômetro, válvula registro e válvula reguladora de pressão
- Instalação de central de vácuo
- Execução de rede de distribuição do sistema de vácuo no Bloco de Ensino e Pesquisa
- Instalação de pontos de vácuo com dispositivo de proteção e proteção na saída

5.4.14. Telecomunicação, CFTV, Controle de Acesso, Sonorização e SDAI

- Instalação de sistema de voz e dados (Escopo da obra está baseado em prover a infraestrutura, lançamento de cabos, conectorização e certificação. A instalação e configuração dos ativos estarão a cargo da FIOCRUZ)
- Fornecimento e Instalação de Sistema de controle de acesso
- Instalação de sistemas de videoconferência (Escopo da obra está baseado em prover a infraestrutura, lançamento de cabos, conectorização e certificação. A instalação e configuração dos ativos estarão a cargo da FIOCRUZ)
- Fornecimento e Instalação de sistema de CFTV
- Fornecimento e Instalação de Sistema de Sonorização
- Fornecimento e Instalação de Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio

5.4.15. Automação Predial

- Instalação de sistema de controle, monitoramento, gerenciamento e integração entre sistemas e equipamentos através de controladores lógicos programáveis (CLP), softwares e instrumentação adequada à esta aplicação.
- Instalação de sistema de supervisão e/ou controle para as seguintes disciplinas: Elevadores; Sistema de insuflamento das escadas; Iluminação predial do fotoperíodo no biotério; Sistemas de iluminação automatizados no sistema elétrico via fotocélulas e temporizadores; Gerenciamento de energia predial; Equipamentos de pesquisa e câmaras frias; Gases especiais compressor; Gases especiais nitrogênio líquido; Hidrossanitários; AVAC e SDAI

5.4.16. Serviços Diversos

- A CONTRATADA deverá fornecer o projeto de “as built” desenvolvido em tecnologia BIM (*Building Information Modeling – Modelagem da Informação da Construção*), realizar processo para obtenção de Habite-se e fornecer serviço de operação assistida com duração de 90 dias.

6. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

6.1. O Departamento de Arquitetura e Engenharia, enquanto área técnica, recomenda que a licitação seja realizada pelo tipo “RDC - Menor preço ou maior desconto”, na modalidade Regime Diferenciado de Contratações – RDC. Cabe o enquadramento e adequação legal à área de compras da Unidade, o SEGEC.

6.2. O modo de disputa será Aberto.

6.3. O critério de julgamento da proposta é o maior desconto global.

6.4. Será permitida a participação de consórcios.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas, horário da Amazônia (UTC-4), devendo o agendamento ser efetuado previamente, com mínimo de 48 horas, através do contato abaixo:

Servidor: Kleber Borges – engenheiro civil/Fiocruz Rondônia

Telefone: (69) 8100-4044

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS E RESPONSABILIDADES

8.1. Aos profissionais indicados pela CONTRATANTE, integrantes do Departamento de Arquitetura e Engenharia da Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (DAE/ Cogic/Fiocruz), caberá a gestão do contrato, o acompanhamento da execução dos serviços, as aprovações técnico-construtivas necessárias e eventuais alterações de escopo deste Projeto Básico que se mostrarem necessárias.

8.2. A Fiocruz poderá contar com o apoio de uma GERENCIADORA de modo a assisti-la na FISCALIZAÇÃO e aprovação dos serviços executados pela CONTRATADA.

8.3. O objeto deverá ser desenvolvido em estreita parceria com a CONTRATANTE, devendo a equipe técnica da CONTRATADA manter permanente contato com a FISCALIZAÇÃO. No entanto, é importante salientar que esta parceria CONTRATANTE/CONTRATADA não significa diluição das responsabilidades técnicas e legais da CONTRATADA. A CONTRATADA deverá ser responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive, por subcontratadas (quando permitido), e qualquer outras normas e legislações vigentes, no que couber, mesmo aquelas não mencionadas neste documento.

8.4. Todo e qualquer serviço deverá ser executado por profissionais habilitados e a CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como, pelos danos decorrentes da realização dos referidos trabalhos.

8.5. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente, no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato.

8.6. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.

8.7. ALTERAÇÕES DE ESCOPO:

8.7.1. Fica reservado à CONTRATANTE o direito de resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no edital, nas especificações, nos anexos, entre quaisquer outros, que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com o objeto da contratação.

8.7.2. Caso a CONTRATANTE determine modificações em quaisquer projetos e/ou desenhos e/ou documentos já aprovados, implicando alterações necessárias e/ou obrigatórias com vistas a uma melhor adequação do conteúdo e resultados do objeto contratado, estas deverão ser realizadas pela CONTRATADA. Nesse sentido, a CONTRATANTE atuará sob o que determina a Lei 8666/93.

8.7.3. Nos casos não abordados nas NBRs ou legislação vigente, poderão ser consideradas normas internacionais como ISO, ASHRAE, etc. Para incorporação de tais normas como procedimento válido para o desenvolvimento das atividades, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá formalmente aprovar o uso de tal norma específica.

8.7.4. Quaisquer alterações que a CONTRATADA deseje realizar naquilo que foi previamente estabelecido neste documento deverá ser apresentado através de solicitação formalizada e documentada onde constem argumentações pertinentes e que apresentem algum ganho potencial em prazo, qualidade e/ou que agreguem algum valor tangível aos serviços. A solicitação deverá conter os seguintes itens: objeto e objetivo da solicitação, justificativa (técnicas e legais) e sua relevância. Essas solicitações deverão ser sempre assinadas pelo representante legal da CONTRATADA e validadas formalmente pela Fiocruz.

8.8. PADRONIZAÇÃO DE PROJETOS E DOCUMENTOS

8.8.1. A CONTRATANTE possui documentação específica e padronizada para o desenvolvimento de cada uma das atividades descritas no presente documento. Portanto, a CONTRATADA deverá desenvolver a

documentação técnica e o material gráfico seguindo tais padrões, a serem disponibilizados à CONTRATADA em momento oportuno.

8.9. CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS

8.9.1. A CONTRATADA, de acordo com o art. 111 da Lei 8.666/1993, cederá os direitos patrimoniais relativos aos trabalhos elaborados, autorizando à plena e irrestrita utilização e adaptação dos serviços objetos dessa contratação.

8.10. CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

8.10.1. A CONTRATADA concorda em manter a mais completa confidencialidade quanto aos serviços, informações e documentos de seu conhecimento, bem como a exclusividade na utilização dos dados, durante e após a execução dos serviços contratados. Qualquer divulgação somente poderá ser levada a efeito mediante a autorização escrita da CONTRATANTE, e desde que sejam garantidos os créditos à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

8.11. LOCAIS DAS REUNIÕES

8.11.1. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente participar de reuniões periódicas na sede da Fiocruz Rondônia localizada na Rua da Beira nº 7671, BR 364 Km 3,5, bairro Lagoa - Porto Velho, às quais deverão comparecer o Engenheiro-chefe e todos os responsáveis técnicos cuja presença se faça necessária, conforme convocação da CONTRATANTE. A periodicidade mínima prevista é de duas reuniões mensais, podendo ser alterada segundo a necessidade da obra. Também poderão acontecer reuniões na sede da COGIC/FIOCRUZ, localizada na Av. Brasil nº 4.365, bairro Manguinhos - Rio de Janeiro, ou por videoconferência mediante autorização pela CONTRATANTE.

8.11.2. As datas e horários para a realização das reuniões ficarão sob a responsabilidade da CONTRATANTE e serão agendadas em conjunto com a FISCALIZAÇÃO.

8.11.3. Todas as decisões discutidas e promovidas em reunião deverão ser registradas em ata, cuja elaboração é de responsabilidade da CONTRATADA, e que deverá ser encaminhada em até 02 (dois) dias úteis ao Gestor do contrato da CONTRATANTE.

8.12. REUNIÃO DE PARTIDA

8.12.1. A 1ª reunião entre a CONTRATADA e a equipe de Fiscalização da CONTRATANTE acontecerá em até 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do Contrato, em horário e local a serem definidos pela CONTRATANTE. Nesta reunião, a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão apresentar mutuamente as suas equipes técnicas.

8.13. DESPESAS

8.13.1. Estarão a cargo da CONTRATADA as despesas referentes a:

- Viagens e hospedagens de sua própria equipe;
- Impressões e plotagens, em quantas vias forem necessárias, a todas e quaisquer emissões de plantas, cadernos, documentos e demais produtos integrantes do escopo, necessários às atividades dos trabalhos, inclusive para as análises e aprovações pela CONTRATANTE, para os processos de LICENCIAMENTO nos Órgãos Técnicos Públicos (OTP) e concessionárias;
- Envio de documentos à CONTRATANTE através de empresas de logística (correios, transportadoras); Subcontratações não previstas no edital que se façam necessárias para o atendimento pleno das diretrizes e escopo do objeto contratual;
- Taxas a serem pagas nos processos de licenciamento nos diversos OTPs;

- Manutenção do servidor na nuvem durante o desenvolvimento da obra.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Os requisitos para esta contratação estão relacionados no edital.
- 9.2. Serão disponibilizados os Apêndices e pranchas de desenho complementares ao Caderno de Encargos e Especificações, cujo conjunto consiste no Projeto Executivo desta contratação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da obra, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor contratado, conforme cronograma físico-financeiro;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
 - 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para a correta execução contratual;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade do serviço prestado após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento e notificações expedidas;
- 10.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento do objeto, conforme o caso:
 - 10.11.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 10.11.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gases;
 - 10.11.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

- 10.11.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- 10.11.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 10.11.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 10.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 38 da Lei nº 12.462/2011.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as obras efetuadas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

11.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

11.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

11.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

11.27. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

11.28. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os

compromissos assumidos;

11.29. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

11.30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

11.31. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

11.32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.33. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

11.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.35. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

11.36. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

11.36.1. Cópias das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

11.36.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

11.36.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

11.36.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

11.36.4. Apenas se houver dúvida fundada acerca da autenticidade dos documentos acima, conforme art. 9º do Decreto nº 9.094/17, poderá haver solicitação de cópia autenticada por cartório ou pelo servidor, mediante comparação com o original.

11.37. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.37.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

11.37.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

11.37.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

11.37.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

11.37.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

11.37.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.37.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.37.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.38. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.38.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.38.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.38.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

11.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções

dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

11.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

11.41. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

11.42. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

11.43. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

11.44. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

11.45. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

11.46. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

11.47. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

11.48. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

11.49. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

11.50. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.

11.51. Elaborar “as built”, ao final da obra, em conformidade com a NBR 14645-1:2001 da ABNT.

11.52. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do inciso III do § 4º do art. 42 do Decreto nº 7.541/2011..

11.53. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial com a contratante para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

12.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4. A CONTRATADA poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite de 16,12% do valor total da obra.

12.5. DOCUMENTAÇÃO DE EMPRESA SUBCONTRATADA

12.5.1. Em caso de subcontratação de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar, antes do início do serviço da subcontratada, os seguintes documentos:

- Contrato de prestação de serviço entre a Contratada e a Subcontratada;
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do profissional responsável pelos serviços.
- Documentação trabalhista da equipe da empresa subcontratada:
- Cópia da CTPS (página da foto, filiação e contrato);
- Cópia da ficha de registro;
- Cópia do ASO atualizado;
- Carta de encaminhamento de crachás;

12.5.2. Crachás assinados pela empresa (Na LOGO da empresa, deverá conter o nome da SUBCONTRATADA a SERVIÇO da CONTRATADA).

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. Não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação do contratado, ou de substituição de consorciado, desde que mantidas as condições de habilitação previamente atestadas.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.15. Cumpre, ainda, à fiscalização:

14.15.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

14.15.1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

14.15.1.2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

14.15.1.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

14.15.1.4. aos depósitos do FGTS; e

14.15.1.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

14.15.2. solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

14.15.3. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

14.15.4. somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

14.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

15.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

15.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

15.1.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.1.5. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.1.5.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.1.5.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.1.5.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.1.5.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.1.6. No prazo de até 15 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.1.6.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.1.6.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.1.6.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.2.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.3. O recebimento provisório da última etapa da obra é condicionada, além da execução do objeto em si, à entrega dos “as built”.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, conforme cronograma físico-financeiro.

16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao

referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

16.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produziu os resultados acordados;
- deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

16.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

16.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.17. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

- Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

16.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16.19. DOCUMENTAÇÃO TRABALHISTA

16.19.1. Caberá à CONTRATADA o envio da seguinte documentação ao setor de Controle de Processos, em até 10 (dez) dias antes de cada medição de serviços:

- Declaração de quantidade e dados dos funcionários na obra, projeto ou serviço conforme modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE;
- Declaração de ausência de Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, conforme modelo a ser fornecido pela CONTRATANTE;
- Folha de pagamento analítica e sintética com comprovantes de pagamento; Comprovante de fornecimento de vale transporte;

- Comprovante de fornecimento de vale refeição, alimentação ou fornecimento de quentinhas; Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP - completa; Guia da Previdência Social – GPS - com comprovante de pagamento;
- Guia de Recolhimento do FGTS - GRF com comprovante de pagamento;
- Em caso de desligamento de funcionários, por favor enviar a TRCT assinada pelo ex-funcionário e empresa.

16.20. Os documentos acima devem ser enviados por e-mail, mensalmente.

16.21. A Nota Fiscal referente aos serviços da respectiva medição só deverá ser emitida após a aprovação desta documentação pelo setor de Controle de Processos.

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil - INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

18.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90

dias após o término da vigência contratual.

18.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

18.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

18.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

18.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

18.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

18.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.12. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 12.462/2011, a CONTRATADA que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à

CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- b) **Multa de:**
 - i. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - ii. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - iii. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - iv. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
 - v. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - vi. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos, conforme art. 87, III da Lei 8.666/93;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a União e entidades federais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme artigo 47 da Lei 12.462/2011;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. Conforme disciplinado no edital.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O custo estimado da contratação será tomado público apenas e imediatamente após a adjudicação do objeto.

22. APÊNDICES

22.1. O conjunto de Apêndices juntamente com as pranchas de desenho complementares ao Caderno de Encargos e Especificações correspondem ao Projeto Executivo deste objeto.

Apêndice	Nome do arquivo	Extensão	Descrição	Rev.	Data
A	A_Caderno de Encargos e Especificações	PDF	Caderno de Encargos e Especificações para obra do Bloco de Ensino e Pesquisa e Redes de Infraestrutura	06	fev/20
B	B_MD-Arquitetura	PDF	Memorial descritivo do projeto de Arquitetura do Bloco de Ensino e Pesquisa	-	-
C	C_MC-MD-Canteiro-de-Obras	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do Canteiro de Obras – Fase 01	-	-
D	D_MD-Pavimentação	PDF	Memorial descritivo do projeto de Pavimentação	-	-
E	E_MC-MD-Terraplenagem	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Terraplenagem	-	-
F	F_MC-MD-Estrutura-de-Concreto	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Estruturas de Concreto e Fundação (recuperação estrutural do Bloco de Ensino e Pesquisa e projetos estruturais da CAG, central de gases, subestação, ETE, ETA, cabine de entrada e cisterna)	-	-
G	G_MC-MD-Estrutura-Metálica	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Estrutura Metálica do Bloco de Ensino e Pesquisa e blocos de utilidades (CAG, subestação, ETA, cabine de entrada e cisterna)	-	-
H	H_MC-MD-Elétrica-parte-1	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Elétrica do Bloco de Ensino e Pesquisa, blocos de utilidades e rede externa	-	-
I	I_MC-MD-Elétrica-parte-2	PDF	Memoriais de cálculo luminotécnico do projeto de Elétrica do Bloco de Ensino e Pesquisa, blocos de utilidades e rede externa	-	-
J	J_MC-MD-SPDA	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de SPDA (Sistema de Proteção	-	-

			Contra Descargas Atmosféricas) do Bloco de Ensino e Pesquisa e blocos de utilidades		
K	K_MC-MD-Hidráulica	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Hidráulica do Bloco de Ensino e Pesquisa e blocos de utilidades que demandaram projeto da disciplina	-	-
L	L_MC-MD-Esgoto-Sanitário	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Esgoto Sanitário do Bloco de Ensino e Pesquisa e blocos de utilidades que demandaram projeto da disciplina	-	-
M	M_MC-MD-Águas-Pluviais	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Águas Pluviais do Bloco de Ensino e Pesquisa	-	-
N	N_MC-MD-Drenagem	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Drenagem Superficial da área de intervenção do campus	-	-
O	O_MC-MD-Sistema-de-Combate-a-Incêndio	PDF	Memorial de cálculo e descritivo dos projetos de Sistemas de Combate a Incêndio e Detecção e Alarme de Incêndio do Bloco de Ensino e Pesquisa e blocos de utilidades que demandaram projeto das disciplinas	-	-
P	P_MC-MD-HVAC	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto dos sistemas de ar-condicionado e ventilação mecânica do Bloco de Ensino e Pesquisa e blocos de utilidades que demandaram projeto da disciplina	-	-
Q	Q_MC-MD-Gás-Combustível	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Gás Combustível do Bloco de Ensino e Pesquisa	-	-
R	R_MC-MD-Gases-Especiais	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Gases Especiais do Bloco de Ensino e Pesquisa	-	-
S	S_MC-MD-Vácuo	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Vácuo do Bloco de Ensino e Pesquisa	-	-
T	T_MC-MD-Ar-Comprimido	PDF	Memorial de cálculo e descritivo do projeto de Ar Comprimido do Bloco de Ensino e Pesquisa	-	-
U	U_MD-Telecomunicações	PDF	Memorial descritivo do projeto de Telecomunicações e Segurança do Bloco de Ensino e Pesquisa e demais edificações que demandaram projeto da disciplina	-	-
V	V_MD-Automação	PDF	Memorial descritivo do projeto de Automação e Folha de Dados do Bloco de Ensino e Pesquisa e demais edificações ou sistemas que	-	-

			demandaram projeto da disciplina		
W	W_Lista-de-Pontos-Automação	XLS/PDF	Lista de pontos de automação do Bloco de Ensino e Pesquisa e demais edificações ou sistemas que demandaram projeto de Automação	-	-
X	X_Passagem-de-Cabos-Automação	XLS/PDF	Lista de passagem de cabos para Bloco de Ensino e Pesquisa e demais edificações ou sistemas que demandaram projeto de Automação	-	-
Y	Y_Plano de Comissionamento	PDF	Plano de Comissionamento	03	fev/21
Z	Z_Plano de Obra	MPP/PDF	Plano de Obra	01	fev/21

23. LISTA DE PRANCHAS DE DESENHO COMPLEMENTARES AO CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

OS 8 - Bloco de Ensino e Pesquisa

Nome do arquivo	Prancha	Título da Prancha	Rev.	Data
OS8- ARQUITETURA.pdf	ARQ-1001	PLANTA DE SITUAÇÃO	02	out/20
	ARQ-1002	PLANTA DE DEMOLIR E CONSTRUIR PAVIMENTO TÉRREO	02	out/20
	ARQ-1003	PLANTA DE DEMOLIR E CONSTRUIR PAVIMENTO SUPERIOR	02	out/20
	ARQ-1004	PLANTA DE DEMOLIR E CONSTRUIR PAVIMENTO TÉCNICO	02	dez/20
	ARQ-1005	PLANTA CONSTRUTIVA GERAL PAV. TÉRREO	05	dez/20
	ARQ-1006	PLANTA DE LAYOUT GERAL PAVIMENTO TÉRREO	04	dez/20
	ARQ-1007	PLANTA CONSTRUTIVA GERAL PAV. SUPERIOR	05	dez/20
	ARQ-1008	PLANTA DE LAYOUT GERAL PAVIMENTO SUPERIOR	04	dez/20
	ARQ-1009	PLANTA CONSTRUTIVA GERAL PAV. TÉCNICO	05	dez/20
	ARQ-1010	PLANTA DE LAYOUT GERAL PAVIMENTO TÉCNICO	03	dez/20
	ARQ-1011	PLANTA DE COBERTURA	02	dez/20
	ARQ-1012	CORTES LONGITUDINAIS	03	jan/21
	ARQ-1013	CORTES TRANSVERSAIS	03	jan/21
	ARQ-1014	FACHADAS 01 E 02	03	jan/21
	ARQ-1015	FACHADAS 03 E 04	03	jan/21
	ARQ-1016	ÁREAS MOLHADAS PAVIMENTO TÉRREO	03	jan/21
	ARQ-1017	ÁREAS MOLHADAS PAVIMENTO SUPERIOR	03	jan/21
	ARQ-1018	PLANTA DE PISO PAVIMENTO TÉRREO	03	jan/21
	ARQ-1019	PLANTA DE PISO PAVIMENTO SUPERIOR	03	jan/21
	ARQ-1020	PLANTA DE PISO PAVIMENTO TÉCNICO	03	jan/21
	ARQ-1021	PLANTA DE FORRO PAVIMENTO TÉRREO	02	dez/20
	ARQ-1022	PLANTA DE FORRO PAVIMENTO SUPERIOR	02	dez/20

	ARQ-1023	PLANTA DE FORRO PAVIMENTO TÉCNICO	03	dez/20
	ARQ-1024	PLANTA DE TETO REFLETIDO PAVIMENTO TÉRREO	03	dez/20
	ARQ-1025	PLANTA DE TETO REFLETIDO PAVIMENTO SUPERIOR	03	dez/20
	ARQ-1026	PLANTA DE TETO REFLETIDO PAVIMENTO TÉCNICO	03	dez/20
	ARQ-1027	DETALHE DIVISÓRIAS PAVIMENTO TÉRREO E SUPERIOR	02	dez/20
	ARQ-1028	DETALHAMENTO DE DRYWALL E DIVISÓRIAS ARTICULADAS	02	dez/20
	ARQ-1029	BANCADAS EM GRANITO	02	dez/20
	ARQ-1030	BANCADAS EM AÇO INOX	02	dez/20
	ARQ-1031	BANCADAS EM AÇO INOX	02	dez/20
	ARQ-1032	BANCADAS EM LAMINADO	02	dez/20
	ARQ-1033	DETALHAMENTO ESCADA 01	03	jan/21
	ARQ-1034	DETALHAMENTO ESCADA 02	03	jan/21
	ARQ-1035	DETALHES DE FACHADAS DET. BRISES	02	dez/20
	ARQ-1036	DETALHAMENTO DE COBERTA E MARQUISES	02	dez/20
	ARQ-1037	PAGINAÇÃO DE ESQUADRIAS	02	dez/20
	ARQ-1038	PAGINAÇÃO DE ESQUADRIAS	02	dez/20
OS8- IMPERMEABILIZAÇÃO .pdf	IMP-1001	PLANTA DE IMPERMEABILIZAÇÃO PAV. TÉRREO	02	nov/20
	IMP-1002	PLANTA DE IMPERMEABILIZAÇÃO PAV. SUPERIOR	02	nov/20
	IMP-1003	PLANTA DE IMPERMEABILIZAÇÃO PAV. TÉCNICO	02	nov/20
	IMP-1004	PLANTA DE IMPERMEABILIZAÇÃO COBERTURA	02	nov/20
OS8-ESTRUTURA-DE- CONCRETO.pdf	EST-1001	LOCAÇÃO PILARES E SAPATAS – FORMA E ARMADURA – NÍVEL PISO TÉRREO	01	nov/20
	EST-1002	FORMA DEMOLIÇÃO – NÍVEL 403	01	nov/20
	EST-1003	FORMA – NÍVEL 403	01	nov/20
	EST-1004	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – LAJES NOVAS – NÍVEL 403	01	nov/20
	EST-1005	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – VIGAS NOVAS – NÍVEL 403	01	nov/20
	EST-1006	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – VIGAS REFORÇADAS – NÍVEL 403 – 01 – 02	01	nov/20
	EST-1007	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – VIGAS REFORÇADAS – NÍVEL 403 – 02 – 02	01	nov/20
	EST-1008	FORMA DEMOLIÇÃO – NÍVEL 813	01	nov/20
	EST-1009	FORMA – NÍVEL 813	01	nov/20
	EST-1010	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – LAJES NOVAS – NÍVEL 813	01	nov/20
	EST-1011	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – VIGAS NOVAS – NÍVEL 813	01	nov/20
	EST-1012	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – VIGAS REFORÇADAS – NÍVEL 813 – 01 – 02	01	nov/20
	EST-1013	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – VIGAS REFORÇADAS – NÍVEL 813 – 02 – 02	01	nov/20
	EST-1014	FORMA DEMOLIÇÃO – NÍVEL 1040	01	nov/20

OS8-ESTRUTURA-METÁLICA.pdf	EST-1015	FORMA – NÍVEL 1088	01	nov/20
	EST-1016	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – LAJES E VIGAS NOVAS – NÍVEL 1088 – 01 – 03	01	nov/20
	EST-1017	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – VIGAS NOVAS – NÍVEL 1088 – 02 – 03	01	nov/20
	EST-1018	DETALHAMENTO DE ARMADURAS – VIGAS NOVAS – NÍVEL 1088 – 03 – 03	01	nov/20
	EST-1019	MARQUISE ACESSO BIOTÉRIO	01	out/20
	MET-1001	PLANTA DE IMPLANTAÇÃO – PLANTA BAIXA COBERTA – CORTES – BRISES	01	out/20
	MET-1002	COBERTAS – VIGAS 1V E V – DETALHES DE FABRICAÇÃO	02	out/20
	MET-1003	DETALHES DE FABRICAÇÃO E ACESSÓRIOS	01	out/20
	MET-1004	MARQUISES 1 E 2 – PLANTA DE IMPLANTAÇÃO – COBERTA – CORTES	00	out/20
	MET-1005	MARQUISES – DETALHES DE FABRICAÇÃO E ACESSÓRIOS	00	out/20
	ELE-1001	ALIMENTADORES – PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR A	01	dez/20
	ELE-1002	ALIMENTADORES – PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR B	01	dez/20
	ELE-1003	ALIMENTADORES – PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR A	01	dez/20
	ELE-1004	ALIMENTADORES – PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR B	01	dez/20
	ELE-1005	ALIMENTADORES – PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR A	01	dez/20
	ELE-1006	ALIMENTADORES – PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR B	01	dez/20
	ELE-1007	ILUMINAÇÃO – PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR A	01	dez/20
	ELE-1008	ILUMINAÇÃO – PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR B	01	dez/20
	ELE-1009	ILUMINAÇÃO – PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR A	01	dez/20
	ELE-1010	ILUMINAÇÃO – PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR B	01	dez/20
	ELE-1011	ILUMINAÇÃO – PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR A	02	jan/21
	ELE-1012	ILUMINAÇÃO – PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR B	01	dez/20
	ELE-1013	FORÇA (TOMADAS) PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR A	01	dez/20
	ELE-1014	FORÇA (TOMADAS) PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR B	01	dez/20
	ELE-1015	FORÇA (TOMADAS) PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR A	01	dez/20
	ELE-1016	FORÇA (TOMADAS) PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR B	01	dez/20
	ELE-1017	FORÇA (TOMADAS) PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR A	01	dez/20
	ELE-1018	FORÇA (TOMADAS) PL. BAIXA PAV. TÉCNICO –	01	dez/20

OS8-ELÉTRICA.pdf

	SETOR B		
ELE-1019	FORÇA (CLIMATIZAÇÃO) PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR A	01	dez/20
ELE-1020	FORÇA (CLIMATIZAÇÃO) PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR B	01	dez/20
ELE-1021	FORÇA (CLIMATIZAÇÃO) PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR A	01	dez/20
ELE-1022	FORÇA (CLIMATIZAÇÃO) PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR B	01	dez/20
ELE-1023	FORÇA (CLIMATIZAÇÃO) PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR A	02	jan/20
ELE-1024	FORÇA (CLIMATIZAÇÃO) PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR B	02	jan/21
ELE-1025	ESQUEMA VERTICAL	01	dez/20
ELE-1026	DETALHES EXECUTIVOS	01	dez/20
ELE-1027	DIAGRAMAS TRIFILARES	02	jan/21
ELE-1028	DIAGRAMAS TRIFILARES	02	jan/21
ELE-1029	DIAGRAMAS TRIFILARES	02	jan/21
ELE-1030	DIAGRAMAS TRIFILARES 4	01	dez/20
ELE-1031	DIAGRAMAS TRIFILARES	01	dez/20
ELE-1032	DIAGRAMAS TRIFILARES	01	dez/20
ELE-1033	DIAGRAMAS TRIFILARES	02	jan/21
ELE-1034	DIAGRAMAS TRIFILARES	01	dez/20
ELE-1035	DIAGRAMAS TRIFILARES	01	dez/20
ELE-1036	DIAGRAMAS DE COMANDO	01	dez/20
ELE-1037	DIAGRAMAS DE COMANDO	01	dez/20
ELE-1038	DIAGRAMAS DE COMANDO	01	dez/20
ELE-1039	DIAGRAMAS DE COMANDO	01	dez/20
ELE-1040	DIAGRAMAS DE COMANDO	01	dez/20
ELE-1041	DIAGRAMAS DE COMANDO	01	dez/20
ELE-1042	DIAGRAMAS DE COMANDO	01	dez/20
ELE-1043	DIAGRAMAS DE COMANDO	01	dez/20
ELE-1044	DIAGRAMAS DE COMANDO	01	dez/20
ELE-1045	DIAGRAMAS DE COMANDO	02	jan/21
OS8-SPDA.pdf	SPD-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01 nov/20
	SPD-1002	PL. BAIX PAV. SUPERIOR	01 nov/20
	SPD-1003	PL. BAIXA PAV TÉCNICO	01 nov/20
	SPD-1004	PL. DE COBERTA	01 nov/20
	SPD-1005	ESQUEMA VERTICAL	01 nov/20
	SPD-1006	DETALHES EXECUTIVOS	01 nov/20
OS8-HIDRÁULICA.pdf	HID-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01 out/20
	HID-1002	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	01 out/20
	HID-1003	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO	01 out/20
	HID-1004	DETALHES HIDRÁULICOS 1	01 out/20

OS8-ESGOTO.pdf	HID-1005	DETALHES HIDRÁULICOS 2	01	out/20
	HID-1006	DETALHES ISOMÉTRICOS 1	01	out/20
	HID-1007	DETALHES ISOMÉTRICOS 2	01	out/20
	HID-1008	DETALHES ISOMÉTRICOS 3	01	out/20
	HID-1009	ESQUEMA VERTICAL	01	out/20
	HID-1010	DETALHES EXECUTIVOS	01	out/20
	ESG-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO	04	dez/20
	ESG-1002	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	03	nov/20
	ESG-1003	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO	03	nov/20
	ESG-1004	PL. DE COBERTA	03	nov/20
OS8-ÁGUAS- PLUVIAIS.pdf	ESG-1005	DETALHES SANITÁRIOS 1	03	nov/20
	ESG-1006	DETALHES SANITÁRIOS 2	03	nov/20
	ESG-1007	DETALHES SANITÁRIOS 3	03	dez/20
	ESG-1008	ESQUEMA VERTICAL	04	dez/20
	ESG-1009	DETALHES EXECUTIVOS	04	dez/20
	PLU-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01	out/20
OS8-SISTEMA-DE- COMBATE-A- INCÊNDIO.pdf	PLU-1002	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	01	out/20
	PLU-1003	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO	01	out/20
	PLU-1004	PL. DE COBERTA	01	out/20
	PLU-1005	ESQUEMA VERTICAL	01	out/20
	PLU-1006	DETALHES EXECUTIVOS	01	out/20
OS8-DETECÇÃO-E- ALARME-DE- INCÊNDIO.pdf	SCI-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01	out/20
	SCI-1002	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	01	out/20
	SCI-1003	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO	01	out/20
	SCI-1004	ESQUEMA VERTICAL E ESQUEMA ISOMÉTRICO	01	out/20
	SCI-1005	DETALHES EXECUTIVOS	01	out/20
OS8-HVAC.pdf	SDA-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO	02	nov/20
	DAS-1002	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	02	nov/20
	DAS-1003	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO	02	nov/20
	DAS-1004	ESQUEMA VERTICAL	02	nov/20
	DAS-1005	DIAGRAMA DE FLUXO DE PROCESSO	02	nov/20
	DAS-1006	DETALHES EXECUTIVOS	02	nov/20
OS8-HVAC.pdf	HVA-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR A	02	out/20
	HVA-1002	PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR B	02	out/20
	HVA-1003	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR A	02	out/20
	HVA-1004	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR B	02	out/20
	HVA-1005	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR A	03	dez/20
	HVA-1006	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR B	02	dez/20
	HVA-1007	PL. DE ZONEAMENTO PAV. TÉRREO – SETOR A	01	dez/20
	HVA-1008	PL. DE ZONEAMENTO PAV. TÉRREO – SETOR B	01	out/20
	HVA-1009	PL. DE ZONEAMENTO PAV. SUPERIOR – SETOR A	01	out/20
	HVA-1010	PL. DE ZONEAMENTO PAV. SUPERIOR – SETOR B	01	out/20
	HVA-1011	PL. DE CASCATA PRESSÃO PAV. TÉRREO – SETOR A	01	out/20

	HVA-1012	PL. DE CASCATA PRESSÃO PAV. TÉRREO – SETOR B	01	out/20
	HVA-1013	PL. DE CASCATA PRESSÃO PAV. SUPERIOR – SETOR A	01	out/20
	HVA-1014	PL. DE CASCATA PRESSÃO PAV. SUPERIOR – SETOR B	01	out/20
	HVA-1015	CORTES AA e BB	01	out/20
	HVA-1016	DETALHES EXECUTIVOS 1	01	out/20
	HVA-1017	DETALHES EXECUTIVOS 2	01	out/20
	HVA-1018	FLUXOGRAMA DE AR	01	out/20
	HVA-1019	FLUXOGRAMA DE ÁGUA GELADA	01	out/20
	HVA-1020	CORTES CC, DD, EE e FF	02	out/20
OS8-GÁS-COMBUSTÍVEL.pdf	GAS-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO	03	jan/21
	GAS-1002	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	03	jan/21
	GAS-1003	ESQUEMA VERTICAL / DETALHES EXECUTIVOS	03	jan/21
OS8-GASES-ESPECIAIS.pdf	GAE-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO	03	jan/21
	GAE-1002	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	03	jan/21
	GAE-1003	ESQUEMA VERTICAL	03	jan/21
	GAE-1004	DETALHES EXECUTIVOS	03	jan/21
OS8-INSTALAÇÕES-ESPECIAIS-DE-VÁCUO.pdf	VAC-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO	03	jan/21
	VAC-1002	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	03	jan/21
	VAC-1003	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO	03	jan/21
	VAC-1004	ESQUEMA VERTICAL	03	jan/21
	VAC-1005	DETALHES EXECUTIVOS	03	jan/21
OS8-AR-COMPRIMIDO.pdf	ARC-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO	03	jan/21
	ARC-1002	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO	03	jan/21
	ARC-1003	ESQUEMA VERTICAL	03	jan/21
	ARC-1004	DETALHES EXECUTIVOS	03	jan/21
OS8-TELECOMUNICAÇÕES-E-SEGURANÇA.pdf	TEL-1001	BACKBONE – PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01	nov/20
	TEL-1002	BACKBONE – PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	01	nov/20
	TEL-1003	BACKBONE – PL. BAIXA PAV. TÉCNICO	01	nov/20
	TEL-1004	REDE ESTRUTURADA – PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01	nov/20
	TEL-1005	REDE ESTRUTURADA – PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	01	nov/20
	TEL-1006	REDE ESTRUTURADA – PL. BAIXA PAV. TÉCNICO	01	nov/20
	TEL-1007	CFTV – PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01	nov/20
	TEL-1008	CFTV – PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	01	nov/20
	TEL-1009	CFTV – PL. BAIXA PAV. TÉCNICO	01	nov/20
	TEL-1010	CONTROLE DE ACESSO – PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01	nov/20
	TEL-1011	CONTROLE DE ACESSO – PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	01	nov/20
	TEL-1012	ÁUDIO E VÍDEO – PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01	nov/20
	TEL-1013	ÁUDIO E VÍDEO – PL. BAIXA PAV. SUPERIOR	01	nov/20
	TEL-1014	DIAGRAMAS – REDE ESTRUTURADA	01	nov/20
	TEL-1015	DIAGRAMAS – CONTROLE DE ACESSO	01	nov/20
	TEL-1016	DIAGRAMAS – SONORIZAÇÃO	01	nov/20
	TEL-1017	ESQUEMA VERTICAL	01	nov/20

OS8- AUTOMAÇÃO.pdf	TEL-1018	DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	TEL-1019	DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	AUT-1001	PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR A	02	dez/20
	AUT-1002	PL. BAIXA PAV. TÉRREO – SETOR B	02	dez/20
	AUT-1003	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR A	02	dez/20
	AUT-1004	PL. BAIXA PAV. SUPERIOR – SETOR B	02	dez/20
	AUT-1005	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR A	02	dez/20
	AUT-1006	PL. BAIXA PAV. TÉCNICO – SETOR B	02	dez/20
	AUT-1007	ARQUITETURA DO SISTEMA	02	dez/20
	AUT-1008	DETALHES EXECUTIVOS	02	dez/20
	AUT-1009	DIAGRAMA	02	dez/20

OS 5 – Infraestrutura do campus

Nome do arquivo	Prancha	Título da Prancha	Rev.	Data
ARQUITETURA.pdf	ARQ-0001	CAG – PL DE COBERTA / PL BAIXA	02	dez/20
	ARQ-0002	CAG – PL DE FLUXOS E UTILIDADES	01	nov/20
	ARQ-0003	CAG- PL DE PAGINAÇÃO DE PISO E IMPERMEABILIZAÇÃO	01	nov/20
	ARQ-0004	CAG – CORTES / ELEVAÇÕES	01	nov/20
	ARQ-0005	CAG – MAPA DE ESQUADRIAS	01	nov/20
	ARQ-0006	CAG – MAPA DE ESQUADRIAS	02	dez/20
	ARQ-0001	CENTRAL DE GASES – PL DE COBERTURA / PL BAIXA / PL PAG DE PISO / PL DE IMPERMEABILIZAÇÃO	01	nov/20
	ARQ-0002	CENTRAL DE GASES – CORTES E ELEVAÇÕES	01	nov/20
	ARQ-0003	CENTRAL DE GASES - MAPA DE ESQUADRIAS / DETALHES	01	nov/20
	ARQ-0001	SUBESTAÇÃO – PL DE COBERTA / PL BAIXA E DE LAYOUT	02	dez/20
	ARQ-0002	SUBESTAÇÃO – PL DE FLUXOS / PL DE UTILIDADES	02	dez/20
	ARQ-0003	SUBESTAÇÃO – PL PAGINAÇÃO DE PISO / PL DE IMPERMEABILIZAÇÃO	03	dez/20
	ARQ-0004	SUBESTAÇÃO – CORTES / ELEVAÇÕES	03	dez/20
	ARQ-0005	SUBESTAÇÃO – MAPA DE ESQUADRIAS	02	dez/20
	ARQ-0001	ETE – PL DE COBERTA / PL BAIXA	03	dez/20
	ARQ-0002	ETE – PL DE FLUXOS / PL DE UTILIDADES	03	dez/20
	ARQ-0003	ETE – PL PAGINAÇÃO DE PISO / PL DE IMPERMEABILIZAÇÃO	02	dez/20
	ARQ-0004	ETE – CORTES / ELEVAÇÕES	03	dez/20
	ARQ-0005	ETE – MAPA DE ESQUADRIAS	02	dez/20
	ARQ-0006	ETE – MAPA DE ESQUADRIAS	02	dez/20
	ARQ-0001	ETA/CASTELO – PL DE COBERTA / PL BAIXAS	01	nov/20
	ARQ-0002	ETA/CASTELO – PL DE FLUXOS / PL DE UTILIDADES / PL PAGINAÇÃO DE PISO	01	nov/20

	ARQ-0003	ETA/CASTELO – PL DE IMPERMEABILIZAÇÃO	02	dez/20
	ARQ-0004	ETA/CASTELO – CORTES	01	nov/20
	ARQ-0005	ETA/CASTELO – ELEVAÇÕES NORTE / SUL	01	nov/20
	ARQ-0006	ETA/CASTELO – ELEVAÇÕES LESTE / OESTE	01	nov/20
	ARQ-0007	ETA/CASTELO – ÁREAS MOLHADAS	01	nov/20
	ARQ-0008	ETA/CASTELO – MAPA DE ESQUADRIAS	01	nov/20
	ARQ-0009	ETA/CASTELO – DETALHES	01	nov/20
	ARQ-0001	CABINE DE ENTRADA – PL BAIXA / PL COBERTURA / PL FLUXOS / PL UTILIDADES / PL PISO / IMPERMEABILIZAÇÃO	02	dez/20
	ARQ-0002	CABINE DE ENTRADA – CORTES / ELEVAÇÕES	02	dez/20
	ARQ-0003	CABINE DE ENTRADA – MAPA DE ESQUADRIAS	02	dez/20
	ARQ-0001	CISTERNA – PL DE COBERTURA / PL BAIXA TÉRREO / PL BAIXA CISTERNA	02	dez/20
	ARQ-0002	CISTERNA – PL DE FLUXOS / PL DE UTILIDADES / PL DE PAGINAÇÃO DE PISO	01	nov/20
	ARQ-0003	CISTERNA – PL DE IMPERMEABILIZAÇÃO	02	jan/21
	ARQ-0004	CISTERNA – CORTES / ELEVAÇÕES	01	nov/20
	ARQ-0005	CISTERNA – MAPA DE ESQUADRIAS / DETALHES	01	nov/20
OS5-URBANISMO.pdf	URB-0001	PLANTA DE SITUAÇÃO	02	set/20
	URB-0002	PL DE URBANISMO – SETOR A	01	set/20
	URB-0003	PL DE URBANISMO – SETOR B	01	set/20
	URB-0004	PL DE URBANISMO – SETOR C	01	set/20
	URB-0005	DETALHES GERAIS	02	set/20
	URB-0006	DETALHES CICLOFAIXA, ACESSIBILIDADE E TRAVESSIA DE PEDESTRES	01	set/20
OS5-CANTEIRO-DE- OBRAS.pdf	ARQ-0001	PL. BAIXA LOCAÇÃO	01	nov/20
	ARQ-0002	REFEITÓRIO – PL. BAIXA / CORTES / FACHADAS	01	out/20
	ARQ-0003	VESTIÁRIO – PL. BAIXA / CORTES / FACHADAS	01	out/20
	ARQ-0004	DEPARTAMENTOS – PL. BAIXA / CORTES / FACHADAS	01	out/20
	ARQ-0005	ALMOXARIFADO / GUARITA / OFICINA – PL. BAIXA / CORTES / FACHADAS	01	out/20
	ARQ-0006	LAVA-RODAS / BAIAS / RESÍDUOS – PL. BAIXA / CORTES / FACHADAS	01	out/20
	HVA-0001	PL. BAIXA DEPARTAMENTOS / DETALHES EXECUTIVO	01	out/20
	SCI-0001	PL. BAIXA SITUAÇÃO	01	out/20
	SCI-0002	PL. BAIXA REFEITÓRIOS / VESTIÁRIOS / DEPARTAMENTOS	01	out/20
	SCI-0003	PL. BAIXA ALMOXARIFADO / BAIA DOS AGREGADOS / RESÍDUOS / OFICINA / GUARITA	01	out/20
	SCI-0004	DETALHES EXECUTIVOS	01	out/20
	ELE-0001	PL. BAIXA SITUAÇÃO ALIMENTADORES	02	nov/20
	ELE-0002	PL. BAIXA ILUMINAÇÃO EXTERNA	02	nov/20

	ELE-0003	PL. BAIXA ILUMINAÇÃO E FORÇA – REFEITÓRIO / VESTIÁRIOS / DEPARTAMENTOS	01	out/20
	ELE-0004	PL. BAIXA ILUMINAÇÃO E FORÇA – ALMOXARIFADO / OFICINA / GUARITA	01	out/20
	ELE-0005	DIAGRAMAS TRIFILARES / QUADRO DE CARGAS – DETALHES EXECUTIVOS	02	nov/20
	SDA-0001	PL. BAIXA SITUAÇÃO / DETALHES EXECUTIVOS	01	out/20
	ESG-0001	PL. BAIXA DE SITUAÇÃO	01	out/20
	ESG-0002	PL. BAIXA REFEITÓRIO / VESTIÁRIOS / DEPARTAMENTOS	01	out/20
	ESG-0003	PL. BAIXA GUARITA / RESÍDUOS E DETALHES SANITÁRIOS	01	out/20
	ESG-0004	PL. DE COBERTURA REFEITÓRIO / VESTIÁRIOS / DEPARTAMENTOS	01	out/20
	ESG-0005	DETALHES EXECUTIVOS	01	out/20
	HID-0001	PL. BAIXA DE SITUAÇÃO	01	out/20
	HID-0002	PL. BAIXA REFEITÓRIO / VESTIÁRIOS / DEPARTAMENTOS	01	out/20
	HID-0003	PL. BAIXA LAVA-RODAS / GUARITA / DETALHES EXECUTIVOS	01	out/20
	HID-0004	DETALHES ISOMÉTRICOS	01	out/20
	HID-0005	DETALHES ISOMÉTRICOS	01	out/20
	SPD-0001	PL. BAIXA DE SITUAÇÃO / DETALHES EXECUTIVOS	00	out/20
	TEL-0001	PL. BAIXA SITUAÇÃO	01	out/20
	TEL-0002	PL. BAIXA DEPARTAMENTOS / DETALHES EXECUTIVOS	01	out/20
OS5-PAVIMENTAÇÃO.pdf	PAV-0001	PLANTA GERAL – FASES	00	set/20
	PAV-0002	PLANTA BAIXA – GERAL	00	set/20
	PAV-0003	PLANTA BAIXA – FASE A	00	set/20
	PAV-0004	SEÇÕES TIPO – FASE A	00	set/20
	PAV-0005	PLANTA BAIXA – FASE B1	00	set/20
	PAV-0006	SEÇÕES TIPO – FASE B1	00	set/20
	PAV-0007	PLANTA BAIXA – FASE B2	00	set/20
	PAV-0008	SEÇÕES TIPO – FASE B2	00	set/20
	PAV-0009	PLANTA BAIXA – FASE C	00	set/20
	PAV-0010	SEÇÕES TIPO – FASE C	00	set/20
OS5-TERRAPLENAGEM.pdf	TER-0001	PLANTA BAIXA DE FASEAMENTO	01	out/20
	TER-0002	ÁREA DE INTERVENÇÃO – GERAL	01	out/20
	TER-0003	PLANTA BAIXA CORTE E ATERRO – GERAL	01	out/20
	TER-0004	PLANTA BAIXA DE ELEVAÇÃO – GERAL	01	out/20
	TER-0005	ÁREA DE INTERVENÇÃO – PLANTA BAIXA – FASE A	01	out/20
	TER-0006	PLANTA BAIXA CORTE E ATERRO – FASE A	01	out/20
	TER-0007	PLANTA BAIXA DE ELEVAÇÃO – FASE A	01	out/20
	TER-0008	PERFIS LONGITUDINAIS DOS EIXOS – FASE A	01	out/20
	TER-0009	SEÇÕES – FASE A	01	out/20

OS5-ESTRUTURA-DE-CONCRETO.pdf	TER-0010	SEÇÕES – FASE A	01	out/20
	TER-0011	ÁREA DE INTERVENÇÃO – PLANTA BAIXA – FASE B1	01	out/20
	TER-0012	PLANTA BAIXA CORTE E ATERRO – FASE B1	01	out/20
	TER-0013	PLANTA BAIXA DE ELEVAÇÃO – FASE B1	01	out/20
	TER-0014	PERFIS LONGITUDINAIS DOS EIXOS – FASE B1	01	out/20
	TER-0015	SEÇÕES – B1	01	out/20
	TER-0016	SEÇÕES – B1	01	out/20
	TER-0017	ÁREA DE INTERVENÇÃO – PLANTA BAIXA – FASE C	01	out/20
	TER-0018	PLANTA BAIXA CORTE E ATERRO – FASE C	01	out/20
	TER-0019	PLANTA BAIXA DE ELEVAÇÃO – FASE C	00	set/20
	TER-0020	PERFIS LONGITUDINAIS DOS EIXOS – FASE C	01	out/20
	TER-0021	SEÇÕES – FASE C	01	out/20
	EST-0001	CENTRAL ÁGUA GELADA – FORMA LAJE TOPO / SECÇÃO	03	nov/20
	EST-0002	CENTRAL ÁGUA GELADA – ARMAÇÃO LAJES E VIGAS	03	nov/20
	EST-0001	CENTRAL DE GASES – FORMA LAJES / SECÇÃO	03	nov/20
	EST-0002	CENTRAL DE GASES – ARMAÇÃO LAJES E VIGAS	03	nov/20
	EST-0001	SUBESTAÇÃO – FORMA LAJES / SECÇÃO	03	nov/20
	EST-0002	SUBESTAÇÃO – ARM. LAJES	03	nov/20
	EST-0003	SUBESTAÇÃO – ARM. VIGAS	03	nov/20
	EST-0001	ETE – FORMAS	02	nov/20
	EST-0002	ETE – ARMAÇÃO VIGAS E LAJES	02	nov/20
OS5-ESTRUTURA-METÁLICA.pdf	EST-0001	CASTELO ETA – FORMA LAJES / SECÇÃO	02	nov/20
	EST-0002	CASTELO ETA – FORMA LAJES / SECÇÃO	02	nov/20
	EST-0003	CASTELO ETA – ARM. VIGAS	02	nov/20
	EST-0001	CABINE DE ENTRADA – FORMA LAJES / SECÇÃO	02	nov/20
	EST-0002	CABINE DE ENTRADA – ARMADURAS	02	nov/20
	EST-0001	CISTERNAS – PRÉ-FORMAS – FUNDO E TAMPA CISTERNA E TETO ESCADA	02	nov/20
	EST-0002	CISTERNAS – ARM. LAJES	02	nov/20
	EST-0003	CISTERNAS – ARM. PAREDES	02	nov/20
	EST-0001	DETALHE MURO	00	set/20
	MET-0001	CAG - PLANTA DE IMPLANTAÇÃO – MONTAGEM – DETALHES DE FABRICAÇÃO	01	nov/20
OS5-FUNDAÇÃO.pdf	MET-0001	SUBESTAÇÃO – PLANTA DE IMPLANTAÇÃO – DETALHES DE FABRICAÇÃO	01	nov/20
	MET-0001	ETE – PLANTA DE IMPLANTAÇÃO – DETALHES DE FABRICAÇÃO	00	nov/20
	MET-0001	ETA/CASTELO – PLANTA DE IMPLANTAÇÃO – MONTAGEM – DETALHES DE FABRICAÇÃO	01	nov/20
	MET-0001	CABINE DE ENTRADA – PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E MONTAGEM – DETALHES DE FABRICAÇÃO	01	nov/20
	MET-0001	CISTERNA – PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E MONTAGEM – DETALHES DE FABRICAÇÃO	02	dez/20
OS5-FUNDAÇÃO.pdf	FUN-0001	CAG – LOCAÇÃO DOS PILARES / SAPATAS E CARGAS	03	nov/20

OS5-ELÉTRICA.pdf	FUN-0001	CENTRAL DE GASES – SAPATAS, CARGAS E PILARES	03	nov/20
	FUN-0001	SUBESTAÇÃO – SAPATAS, CARGAS E PILARES	03	nov/20
	FUN-0001	ETE – LOCAÇÃO DOS PILARES / SAPATAS, CARGAS ARM. PILARES	02	nov/20
	FUN-0001	ETA/CASTELO – SAPATAS, CARGAS E PILARES	02	nov/20
	FUN-0001	CABINE DE ENTRADA – SAPATAS, CARGAS E PILARES	02	nov/20
	ELE-0001	CAG – ALIMENTADORES / ILUMINAÇÃO E FORÇA / PLANTA BAIXA PAV. TÉRREO	01	nov/20
	ELE-0002	CAG – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	ELE-0003	CAG – DIAGRAMAS TRIFILARES E DE COMANDO	01	nov/20
	ELE-0001	SUBESTAÇÃO - ALIMENTADORES / ILUMINAÇÃO E FORÇA / PLANTA BAIXA PAV. TÉRREO	01	nov/20
	ELE-0002	SUBESTAÇÃO – CORTES / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	ELE-0003	SUBESTAÇÃO – DIAGRAMA UNIFILAR GERAL	01	nov/20
	ELE-0004	SUBESTAÇÃO – DIAGRAMAS TRIFILARES E DE COMANDO	01	nov/20
	ELE-0001	ETE - ALIMENTADORES / ILUMINAÇÃO E FORÇA / PLANTA BAIXA PAV. TÉRREO	01	nov/20
	ELE-0002	ETE – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	ELE-0003	ETE – DIAGRAMAS TRIFILARES E DE COMANDO	01	nov/20
	ELE-0001	ETA/CASTELO - ALIMENTADORES / ILUMINAÇÃO E FORÇA / PLANTA BAIXA PAV. TÉRREO	02	jan/21
	ELE-0002	ETA/CASTELO – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	ELE-0003	ETA/CASTELO – DIAGRAMAS TRIFILARES E DE COMANDO	01	nov/20
	ELE-0001	CABINE DE ENTRADA - ALIMENTADORES / ILUMINAÇÃO E FORÇA / PLANTA BAIXA PAV. TÉRREO	01	nov/20
	ELE-0002	CABINE DE ENTRADA - DIAGRAMAS TRIFILARES E DE COMANDO	01	nov/20
	ELE-0001	CISTERNA - ALIMENTADORES / ILUMINAÇÃO E FORÇA / PL. BAIXA DE SUBSOLO / PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01	nov/20
	ELE-0002	CISTERNA – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	ELE-0003	CISTERNA - DIAGRAMAS TRIFILARES E DE COMANDO	01	nov/20
	ELE-0001	ALIMENTADORES – IMPLANTAÇÃO GERAL	01	nov/20
	ELE-0002	ALIMENTADORES – IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR A	01	nov/20
	ELE-0003	ALIMENTADORES – IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B	01	nov/20
	ELE-0004	ALIMENTADORES – IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR C	01	nov/20
	ELE-0005	ILUMINAÇÃO EXTERNA – IMPLANTAÇÃO GERAL	01	nov/20
	ELE-0006	ILUMINAÇÃO EXTERNA – IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR A	01	nov/20

OS5-SPDA.pdf	ELE-0007	ILUMINAÇÃO EXTERNA – IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B	01	nov/20
	ELE-0008	ILUMINAÇÃO EXTERNA – IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR C	01	nov/20
	ELE-0009	DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	SPD-0001	CAG – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	dez/20
	SPD-0001	CENTRAL DE GASES – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	dez/20
	SPD-0001	SUBESTAÇÃO – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	dez/20
	SPD-0001	ETE – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	dez/20
	SPD-0001	ETA/CASTELO – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / PL. DE COBERTA / DETALHES EXECUTIVOS	01	dez/20
	SPD-0001	CABINE DE ENTRADA – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	dez/20
	SPD-0001	CISTERNA – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	dez/20
	SPD-0001	IMPLANTAÇÃO GERAL	00	set/20
	SPD-0002	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR A	00	set/20
	SPD-0003	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B	00	set/20
	SPD-0004	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR C	00	set/20
	SPD-0005	DETALHES EXECUTIVOS	00	set/20
OS5-HIDRÁULICA.pdf	HID-0001	CAG – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / AMPLIAÇÃO E ISOMÉTRICOS / DETALHES EXECUTIVOS	01	set/20
	HID-0001	ETE – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / AMPLIAÇÃO E ISOMÉTRICO / DETALHES EXECUTIVOS	01	set/20
	HID-0001	ETA/CASTELO - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / ELEVÇÃO E ISOMÉTRICO	02	dez/20
	HID-0002	ETA/CASTELO – PL. DE FUROS / ISOMÉTRICO	02	dez/20
	HID-0003	ETA/CASTELO – ELEVÇÕES RESERVATÓRIO	02	dez/20
	HID-0004	ETA/CASTELO – ELEVÇÃO E ISOMÉTRICO / DETALHES EXECUTIVOS	01	set/20
	HID-0001	CISTERNA – PL. BAIXA SUBSOLO / ISOMÉTRICO / DETALHES EXECUTIVOS	03	set/20
	HID-0002	CISTERNA - PL. DE FUROS	02	set/20
	HID-0001	IMPLANTAÇÃO GERAL	01	set/20
	HID-0002	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR A1	01	set/20
	HID-0003	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR A2	01	set/20
	HID-0004	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B1	01	set/20
	HID-0005	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B2	01	set/20
	HID-0006	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B3	01	set/20
	HID-0007	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B4	01	set/20
	HID-0008	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR C2	01	set/20

OS5-ESGOTO.pdf	HID-0009	DETALHES EXECUTIVOS	00	set/20
	ESG-0001	CAG – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / PL. DE COBERTA	01	nov/20
	ESG-0002	CAG – AMPLIAÇÕES E ISOMÉTRICOS / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	ESG-0001	SUBESTAÇÃO – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / PL. DE COBERTA	01	nov/20
	ESG-0002	SUBESTAÇÃO – AMPLIAÇÕES E ISOMÉTRICOS / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	ESG-0001	ETE - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / PL. DE COBERTA	01	nov/20
	ESG-0002	ETE – AMPLIADO / ISOMÉTRICO / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	ESG-0001	ETA/CASTELO - PL. BAIXA TÉRREO / PL. DE COBERTA / AMPLIAÇÃO E ISOMÉTRICO / DETALHES EXECUTIVOS	01	out/20
	ESG-0001	IMPLANTAÇÃO GERAL	03	dez/20
	ESG-0002	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR A	03	dez/20
	ESG-0003	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B	03	dez/20
	ESG-0004	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR C	03	dez/20
	ESG-0005	DETALHES EXECUTIVOS	03	dez/20
OS5-ÁGUAS-PLUVIAIS.pdf	PLU-0001	CAG - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / PL. DE COBERTA / DETALHES EXECUTIVOS	02	nov/20
	PLU-0001	CENTRAL DE GASES - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / PL. DE COBERTA / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	PLU-0001	SUBESTAÇÃO - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / PL. DE COBERTA / DETALHES EXECUTIVOS	02	nov/20
	PLU-0001	ETE - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / PL. DE COBERTA / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	PLU-0001	ETA/CASTELO - PL. BAIXA TÉRREO / TÉCNICO / RESERVATÓRIOS / PL. DE COBERTA / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	PLU-0001	CABINE DE ENTRADA - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / PL. DE COBERTA / DETALHES EXECUTIVOS	02	nov/20
	PLU-0001	CISTERNA - PL. BAIXA CISTERNA / TÉRREO / PL DE COBERTA / DETALHE POÇO BOMBAS / DET. EXECUTIVOS	01	nov/20
	PLU-0001	IMPLANTAÇÃO GERAL	01	nov/20
	PLU-0002	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR A	01	nov/20
	PLU-0003	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B	01	nov/20
	PLU-0004	DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	PLU-0004	DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
OS5-DRENAGEM.pdf	DRE-0001	PLANTA GERAL – FASES	01	nov/20
	DRE-0002	PLANTA GERAL	01	nov/20
	DRE-0003	PLANTA E PERFIL DAS GALERIAS – FASE A	01	nov/20
	DRE-0004	PLANTA E PERFIL DAS GALERIAS – FASE A	01	nov/20
	DRE-0005	GALERIA DE LANÇAMENTO – PLANTA BAIXA – FASE A	01	nov/20
	DRE-0006	CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA/ÓLEO – FASE A	01	nov/20

	DRE-0007	CX SEPARADORA DE ÁGUA/ÓLEO – ARMADURA – FASE A	01	nov/20
	DRE-0008	CAIXA DE ÓLEO – ARMADURA – FASE A	01	nov/20
	DRE-0009	DETALHES – BUEIROS 01 E 02 – FASE A	01	nov/20
	DRE-0010	PV'S E BOCAS DE LOBO – FASE A	01	nov/20
	DRE-0011	CAIXA EXTRAVASOR, CANALETA E BIO VALETA – FASE A	01	nov/20
	DRE-0012	PLANTA E PERFIL DAS GALERIAS – FASE B1	01	nov/20
	DRE-0013	PV'S E BOCAS DE LOBO – FASE B1	01	nov/20
	DRE-0014	CAIXA EXTRAVASOR, CANALETA E BIO VALETA – FASE B1	01	nov/20
	DRE-0015	PLANTA E PERFIL DAS GALERIAS – FASE C	01	nov/20
	DRE-0016	PV'S E BOCAS DE LOBO – FASE C	01	nov/20
	DRE-0017	CAIXA EXTRAVASOR E BIO VALETA – FASE C	01	nov/20
OS5-SISTEMA-DE-COMBATE-A-INCÊNDIO.pdf	SCI-001	CAG – PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	SCI-0001	CENTRAL DE GASES - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	00	set/20
	SCI-0001	SUBESTAÇÃO - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	01	set/20
	SCI-0001	ETE - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	01	set/20
	SCI-0001	ETA/CASTELO – PL. BAIXA PAV. TÉRREO	01	set/20
	SCI-0001	CABINE DE ENTRADA - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	01	set/20
	SCI-0001	CISTERNA – PL. BAIXA TÉRREO E SUBSOLO / AMPLIAÇÃO E ISOMÉTRICO / DETALHES EXECUTIVOS	01	set/20
	SCI-0002	CISTERNA – PL. DE FUROS	00	set/20
	SCI-0001	IMPLANTAÇÃO GERAL	01	set/20
	SCI-0002	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B	01	set/20
	SCI-0003	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR C	01	set/20
	SCI-0004	DETALHES EXECUTIVOS	01	set/20
OS5-DETECÇÃO-E-ALARME-DE-INCÊNDIO.pdf	SDA-0001	CAG - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	02	dez/20
	SDA-0001	CENTRAL DE GASES - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	SDA-0001	CENTRAL DE GASES - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	02	dez/20
	SDA-0001	ETE - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	02	dez/20
	SDA-0001	ETA/CASTELO - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	02	dez/20
	SDA-0001	CABINE DE ENTRADA - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	02	dez/20
	SDA-0001	CISTERNA - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / PL. BAIXA	01	nov/20

		SUBSOLO / DETALHES EXECUTIVOS		
	SDA-0001	IMPLANTAÇÃO GERAL	02	dez/20
	SDA-0002	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR A	02	dez/20
	SDA-0003	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B	02	dez/20
	SDA-0004	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR C	02	dez/20
	SDA-0005	DETALHES EXECUTIVOS / ESQUEMA VERTICAL	02	dez/20
OS5-HVAC.pdf	HVA-0001	CAG - PLANTA, CORTE E DETALHES	01	nov/20
	HVA-0001	SUBESTAÇÃO – PLANTA, CORTE SUBESTAÇÃO	01	nov/20
	HVA-0001	CAMPUS – IMPLANTAÇÃO GERAL	01	nov/20
	HVA-0002	CAMPUS – IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
OS5-GÁS-COMBUSTÍVEL.pdf	GAS-0001	CENTRAL DE GASES – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	03	dez/20
	GAS-0001	IMPLANTAÇÃO GERAL	02	dez/20
	GAS-0002	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B2	02	dez/20
	GAS-0003	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B3	02	dez/20
	GAS-0004	DETALHES EXECUTIVOS	02	dez/20
OS5-GASES-ESPECIAIS.pdf	GAE-0001	CENTRAL DE GASES – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	03	dez/20
	GAE-0001	IMPLANTAÇÃO GERAL	02	dez/20
	GAE-0002	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B2	02	dez/20
	GAE-0003	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B3	02	dez/20
	GAE-0004	DETALHES EXECUTIVOS	02	dez/20
OS5-TELECOMUNICAÇÕES-E-SEGURANÇA.pdf	TEL-0001	CENTRAL DE ÁGUA GELADA – PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	TEL-0001	SUBESTAÇÃO - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	TEL-0001	ETE – PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	TEL-0001	ETA/CASTELO - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	TEL-0001	CABINE DE ENTRADA - PL. BAIXA PAV. TÉRREO – DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	TEL-0001	CISTERNA - PL. BAIXA SUBSOLO / PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	TEL-0001	IMPLANTAÇÃO GERAL	01	nov/20
	TEL-0002	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR A	01	nov/20
	TEL-0003	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B	01	nov/20
	TEL-0004	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR C	01	nov/20
	TEL-0005	DIAGRAMA / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
OS5-AUTOMAÇÃO.pdf	AUT-0001	CAG – PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	AUT-0001	CENTRAL DE GASES - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
	AUT-0001	SUBESTAÇÃO - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES	01	nov/20

	EXECUTIVOS		
AUT-0001	ETE - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
AUT-0001	ETA/CASTELO - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
AUT-0001	CABINE DE ENTRADA - PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
AUT-0001	CISTERNAS E BOMBAS – PL. BAIXA DE SUBSOLO / PL. BAIXA PAV. TÉRREO / DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
AUT-0001	IMPLANTAÇÃO GERAL	01	nov/20
AUT-0002	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR A	01	nov/20
AUT-0003	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR B	01	nov/20
AUT-0004	IMPLANTAÇÃO FASE 1 – SETOR C	01	nov/20
AUT-0005	DETALHES EXECUTIVOS	01	nov/20
AUT-0006	DIAGRAMA	00	nov/20
AUT-0007	ARQUITETURA DO SISTEMA	00	nov/20

Aprovo este Projeto Básico indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo de referência e no cronograma físico-financeiro de desembolso.